

Exílio e Escrita de Viagem ao Tempo do Liberalismo – A Experiência do Brigadeiro António Bernardino Pereira do Lago em Inglaterra: Ver e Aproveitar

Maria Zulmira Castanheira
(NOVA FCSH/CETAPS)

Povo livre, vós sabeis ser livre; eu aprendi do que vi;
só vos não estima quem vos não conhece.
(Lago 510)

As primeiras décadas do Portugal oitocentista foram tempos conturbados pelas Invasões Francesas, a ida da Corte para o Brasil, a ingerência inglesa na vida política, económica, militar e administrativa do país, a revolução “vintista”, a reacção absolutista e a guerra civil até à vitória definitiva do Liberalismo em 1834, com a assinatura da Convenção de Évora Monte. Durante esse período, a Inglaterra, com que Portugal há muito tinha relações políticas e comerciais e que dava garantias de ser um lugar de asilo seguro, foi um dos destinos dos portugueses de credo liberal que se viram forçados a trilhar o caminho do exílio, no que começou por ser um “movimento vagaroso, mas contínuo, de refugiados”, (Nemésio 12) para se intensificar sobremaneira após as Invasões Francesas, com as duas grandes vagas de emigração política de 1823 e 1828. Recorde-se a importante acção desenvolvida em Londres pelos refugiados que, a partir de 1808, se dedicaram à publicação de periódicos de feição liberal com que procuraram denunciar os males que afligiam Portugal e propor reformas

capazes de o modernizar, entre eles o *Correio Brasiliense ou Armazem Litterario* (1808-1822), *O Investigador Portuguez em Inglaterra* (1811-1819), *O Espelho Politico e Moral* (1813-1814), *Microscopio de Verdades* (1814-1815) e *O Portuguez ou Mercurio Politico, Commercial e Litterario* (1814-1826). Tais periódicos, apesar de estarem proibidos de circular em Portugal, entravam no país de forma clandestina, bem como os que foram fundados em Paris por outros emigrados portugueses, e eram lidos nos círculos políticos, contribuindo de modo relevante para o advento do Liberalismo.

A partir de 1824, assistir-se-ia em Londres à fundação de novos títulos periódicos por portugueses desterrados que de novo lançaram mão da imprensa escrita, apostados mais do que nunca em defender a causa constitucional, lutar pela liberdade do seu país e disseminar clandestinamente em Portugal o ideário liberal, como por exemplo *O Popular* (1824-1826), *O Cruzeiro ou Estrella Constitucional dos Portuguezes* (1826-1827) e os influentes *Paquete de Portugal* (1829-1831) e *O Chaveco Liberal* (1829).

O avanço das forças contra-revolucionárias após a Revolução Liberal de 1820, consubstanciado na insurreição da “Vilafrancada” (1823), na revolta miguelista da “Abrilada” (1824), que conduziu o infante D. Miguel ao exílio em Viena e, por fim, no regresso deste a Portugal e a sua aclamação como rei absoluto (1828), obrigaram muitos portugueses de ideias liberais, ao longo destes anos, à “via sacra do desterro”, (Nemésio 12) tendo a protecção das capitais inglesa e francesa sido mais uma vez procurada pelos foragidos. Mas também a cidade portuária de Plymouth, no sudoeste de Inglaterra, constituiu, aquando da grande onda de emigração portuguesa em 1828, na sequência da sublevação militar contra D. Miguel conhecida por “Belfastada”, um importantíssimo lugar de exílio, tendo aí sido igualmente fundados dois periódicos logo em Outubro desse mesmo ano, prova da actividade e empenhamento políticos dos emigrados: *O Portuguez Emigrado ou o Realista Constitucional* (1828-1829, bilingue) e *O Padre Malagrida ou a Thezoira* (1828-1829). Contextualiza José Tengarrinha:

O movimento jornalístico liberal na Grã-Bretanha intensifica-se com a chegada dos emigrados vindos da Galiza e também diretamente de Portugal, os quais em fins de 1828 totalizavam 3000, de muitas variadas classes sociais e profissionais e que se concentraram sobretudo em Plymouth, onde se formou o depósito da emigração. Mas a maior intensidade da propaganda política foi desenvolvida em Londres, centro diplomático da desacreditação da usurpação de D. Miguel, em que o marquês de Palmela assumiu o mais relevante papel. Três objetivos fundamentais visavam essas publicações: conservar o fogo revolucionário nos emigrados, embora por vezes se combatessem nas fações em que se dividiram; tentar espalhar as ideias liberais em Portugal, por meio da entrada clandestina das folhas; e convencer os governos estrangeiros das possibilidades de vitória das forças constitucionais, de modo a conseguir o seu apoio ou, pelo menos, a não hostilidade. (Tengarrinha 452)

As difíceis condições de vida em Plymouth, onde muitos dos emigrados se apinharam por longos meses em antigas estâncias de madeira para construção (“barracões”), sem conforto nem aseo, acrescentaram à dor emocional causada pelo afastamento da pátria, agruras físicas e privações que alguns dos refugiados satirizaram em verso, dando voz aos seus companheiros de tormenta. É o caso do opúsculo *As Noites do Barracão. Passadas pelos Emigrados Portuguez em Inglaterra. Em verso Alexandrino*, publicação anónima¹ datada de 1834 (Paris), cuja “Noite I” abre do seguinte modo: “No sóllo espinhado do vil Barracão, / Cossando o piolho, que ferve em montão, / Batendo a dentuça com o frio que berra, / Passava huma noite, noite d’Inglaterra”. (3) Os versos iniciais da “Noite II” fornecem mais informação sobre a situação miserável dos emigrados: “Depois de fazer as cruces na boca, / Que a fome voraz mil vezes provoca, / Me fui aninhar no frio salão, / Onde as noites passo no meio do chão”. (7)

Contudo, se tal exílio foi motivado por razões políticas, acabaria por se revestir de uma dimensão cultural importantíssima dado

¹ A autoria destes versos tem sido atribuída a Simão José da Luz Soriano (1802-1891), Joaquim Pinheiro das Chagas (1809-1859) e Bartolomeu dos Mártires Dias e Sousa (1806-1882).

ter proporcionado a estes portugueses a possibilidade de contactar com outros povos e diferentes modelos de sociedade que alguns descreveram em cartas, diários e memórias. Na verdade, a viagem forçada para o estrangeiro, apesar de dolorosa, não deixou de constituir um rasgar de horizontes mentais que viria a ser fundamental para o triunfo definitivo do Liberalismo em 1834 e para a renovação da sociedade portuguesa sonhada pelos seus partidários. Como lembram Luís Reis Torgal e Isabel Nobre Vargues a propósito de José Trasmundo Mascarenhas Barreto, 7º Marquês de Fronteira (1802-1881), este exilado afirma “nas suas Memórias que ‘não era só a política que nos dera a ideia de viajarmos, era também o vivo desejo que tínhamos de ver de perto as cortes mais civilizadas da Europa’”. (Torgal e Vargues 80) Uma vez nos países de acolhimento, tiveram a oportunidade de adquirir conhecimentos de carácter político, económico, literário, artístico, científico, técnico, que consideravam úteis para a futura construção de um Portugal que finalmente enveredasse pelo caminho do progresso. Prova da sua determinação em aproveitar de forma enriquecedora esse tempo de proscricção é o facto apontado por Gabriel Paquette, em *Imperial Portugal in the Age of Atlantic Revolutions. The Luzo-Brazilian World, c. 1770-1850* (2013):

There are few indications concerning how the *emigrados* passed the initial phase of exile. But as nearly as November 1828, a petition was signed by approximately twenty of them to found a “literary society [sociedade litteraria]” as a means to “take advantage of the time spent outside of the *patria* by bringing together the greatest amount of knowledge in all branches of learning, which in the future might allow its members to raise their nation to the greatest levels of prosperity and glory. (260)

Por certo que muitos dos desterrados se terão interessado sobretudo pelas matérias que servissem o seu combate político e lhes fornecessem modelos de organização social que gostariam de ver estabelecidos na sua pátria, mas outros dedicaram-se a leituras que lhes deram a conhecer os novos caminhos da moderna literatura europeia.

Como sabemos, viria a provar-se decisivo para a implantação do Romantismo em Portugal que entre os expatriados se encontrassem Almeida Garrett e Alexandre Herculano.

Assim, como Maria de Lourdes Costa Lima dos Santos amplamente demonstra no seu estudo *Intelectuais Portugueses da Primeira Metade de Oitocentos* (1985), o exílio foi um fértil “lugar de aprendizagem” (bibliotecas, gabinetes de leitura, cursos, espectáculos, visitas a museus, galerias, fábricas...), vital no “processo de formação e organização da nova *intelligentsia*.” (Santos 107) Entre os emigrados da já referida vaga de 1828 – um grupo heterogéneo que diferia “pela origem social e respectivo tratamento no exílio (...) posição na carreira (...) orientação política (...) idade (...) duração da experiência do exílio” (Santos 110-111) – , contou-se o engenheiro militar António Bernardino Pereira do Lago (1777-1847), o qual, à semelhança de outros seus compatriotas dotados de grande curiosidade intelectual e determinados em se instruir, registou por escrito as impressões do que viu no decurso das suas viagens. Tal propósito é confessado pelo autor logo no prólogo do seu relato, *Cinco Annos d’Emigração na Inglaterra, na Belgica, e na França. Do Brigadeiro Antonio Bernardino Pereira do Lago* (1834) – note-se que o título informa de imediato o leitor sobre a condição de militar do autor e as circunstâncias em que viajou – dirigido “A Quem Ler”:

Durante a minha emigração, desejando conhecer o character, costumes, governo, obras, e estabelecimentos de diferentes povos, viagei na Inglaterra, na França, e na Belgica, adquirindo assim o que podia para minha particular instrução, a qual, como diz um sabio viajante do nosso tempo, “*se torna mais animada com as viagens, que aquella, que se adquire pelos livros.*” (Lago 4)

E prossegue, declarando a autenticidade do que irá narrar, consciente de que pairava frequentemente sobre a escrita de viagem a desconfiança em relação à informação veiculada: “Fui sempre notando, e escrevendo o que via e observava, com verdade, ainda que se diga, que esta não é muito ordinaria nem aos viajantes, nem aos poetas.” (Lago 4-5)

No mesmo paratexto, o autor começa, porém, por explicar o que o levou a partir para um exílio que viria a arrastar-se por cinco longos anos, decisão tomada em nome da honra:

(...) tendo sido uma das victimas, *“do atentado da Bemposta, (de 30 d’Abril 1824) do maior crime, que tem manchado as paginas da historia da Europa depois do S. Bartolomeu;”*² obrigado a escolher o perjurio, ou exilio, depois do fatal dia 11 de Julho de 1828, dia de que datam desgraças, e crueldades para Portugal, eu preferi abandonar patria, familia, empregos, e bens. (Lago 3-4)

Refere Pereira do Lago, concretamente, duas datas como estando na base do seu necessário desterro: 30 de Abril de 1824 e 11 de Julho de 1828. Corresponde a primeira ao início da “Abrilada”, preparada pela oposição a D. João VI. As forças leais a D. Miguel cercaram nesse dia o Palácio da Bemposta, residência do rei, os seus conselheiros foram presos, e o infante, na qualidade de comandante-em-chefe do exército português, justificou através de proclamação o acto revoltoso com a necessidade de salvar o Trono, a Família Real, a Religião Católica e a Nação da “pestilente cáfila dos Pedreiros Livres.” (Proclamação de 30 de Abril de 1824; Torgal e Vargues 71) Graças à intervenção do corpo diplomático estrangeiro, D. João VI conseguiu refugiar-se no navio inglês Windsor Castle, fundeado no Tejo, e dali tomou medidas para resolver o conflito desencadeado pelas forças antiliberais, nomeadamente demitir o filho do seu posto no exército e impor-lhe o exílio, “a título de fazer uma viagem de estudo na Europa.” (Torgal e Vargues 71)

O regresso de D. Miguel a Portugal em Fevereiro de 1828 e a sua imposição da monarquia absoluta, que culminará na sua aclamação como rei em 11 de Julho, irão levar os liberais a organizar acções de resistência e revolta contra o novo poder, tendo ainda nesse ano tido lugar o episódio da “Belfastada”, designação derivada do barco a vapor Belfast fretado em Inglaterra por liberais ali exilados que se

2 Em nota de rodapé, é fornecida a citação no francês original e identificado o autor: “Cet attentat de Bemposta est le plus grand forfait, qui ait souillé l’histoire de l’Europe depuis Saint Barthelemi. Mr. de Prat.”

dirigiram de Plymouth para o Porto no mês de Junho a fim de se juntarem ao movimento de contestação a D. Miguel que ali grassava. As divisões entre os próprios liberais, uns mais moderados, outros mais radicais, ditariam em grande medida a sua derrota pelas forças miguelistas, com as consequentes perseguições, prisões e condenações dos revolucionários. Dá-se então, nesse ano de 1828, um êxodo massivo de liberais para o estrangeiro, sobretudo para Inglaterra e França, tendo Pereira do Lago sido um dos que se viram obrigados a fugir ao terror.

Pereira do Lago estaria habituado à mobilidade, porquanto esta é intrínseca à realidade militar – “Military personnel inhabit mobile bodies” – e tem longa tradição na vida do soldado: “The soldier is always mobile. From *Gilgamesh* onwards, the warrior lifestyle has been associated with the vagaries of a mobile occupation and the self-discovery this offers.” (Woodward e Jenkins 363, 358) Contudo, trata-se aqui de uma mobilidade forçada por razões políticas, de consciência e de sobrevivência que são repetidamente referidas ao longo do seu relato e que não apenas conduzem à auto-descoberta mas à descoberta de vários Outros culturais, entre eles a Inglaterra. Note-se que mesmo antes da viagem física de dez dias, a bordo do paquete inglês Sandwich, até Falmouth, onde chegou no dia 5 de Novembro de 1828, já Pereira do Lago e os outros emigrados haviam feito “viagens mentais” até àquela ilha, por ela representar um paradigma de liberdade que admiravam. A Inglaterra é um destino em que projectam expectativas, em que investem esforços imaginativos de um futuro de progresso para Portugal. Assim, ainda que a abrir a primeira carta da obra, com data de 8 de Novembro e escrita já de Plymouth, as primeiras palavras do autor se refiram à dor da saudade da família, dos amigos e da pátria e ao receio em relação ao que estaria por vir, dada a incerteza da sua situação, logo depois se consola com a perspectiva de poder “vêr os costumes, estabelecimentos, leis, e instituições de diferentes paizes.” (Lago 9) O mar que separa Portugal da Inglaterra simboliza, pois, a distância entre duas realidades opostas: no lado de lá, a “terra classica da liberdade”, que dá “azilo e protecção a todos os estrangeiros, perseguidos por opinioens politicas e religiosas”,

(Lago 8-9) do lá de cá, “um paiz aonde reina a arbitrariedade e tyrannia.” (Lago 9) O fascínio pela sociedade inglesa, apreciada por um militar habituado à observação detalhada e à recolha de informação, características que transpõe para a sua narrativa de viagem, atravessa *Cinco Annos d’Emigração na Inglaterra, na Belgica, e na França*, obra vinda a lume em 1834, o ano da assinatura da paz de Évora-Monte (26 de Maio) que pôs fim à guerra civil entre liberais constitucionistas e absolutistas.

É escassa a informação sobre António Bernardino Pereira do Lago. De acordo com Inocêncio Francisco da Silva e Francisco de Sousa Viterbo, sabe-se que nasceu no ano de 1777, em Torres Novas, distrito de Santarém, e que faleceu em Lisboa no dia 30 de Março de 1847. Serviu no Corpo de Engenheiros e viria a reformar-se com o posto de brigadeiro. Para além do relato da sua experiência como emigrado durante a fase de retrocesso da implantação do Liberalismo em Portugal, deu à estampa um conjunto significativo de trabalhos cartográficos fruto de levantamentos levados a cabo nas províncias de Pernambuco e do Maranhão (Brasil) na qualidade de oficial de engenharia, e ainda outras publicações, nomeadamente *Roteiro da Costa da Provincia do Maranhão, desde Jericoacoara até á Ilha de Sto João, e da Entrada, e Sahida pela Bahia de Sto Marcos / Survey of the Coast of the Province of Maranham, from Jericoacoara to the Island of St. John, and of the Entrance of the Bay of St. Marcos* (Liverpool: F. B. Wright, 1821) e *Estatistica Historica-Geographica da Provincia do Maranhão* (Lisboa: Typ. da Academia Real das Sciencias, 1822). No Arquivo Nacional da Torre do Tombo existe uma “Denúncia contra António Bernardino Pereira do Lago”, com data de 24 de Junho de 1797, apresentada ao Tribunal do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa pelo Padre José Maria, da Congregação do Oratório, segundo a qual “falando casualmente com António Bernardino Pereira do Lago, Estudante de Leis na Universidade de Coimbra, e atualmente morador ao Rocio, defronte do pateo do Duque, entre outras couzas que lhe ouvi dizer: primeiramente que ele não admitia a Escritura e a tinha como um invento dos homens, e percebi que era incrédulo: em segundo lugar, que lia os livros proibidos sem licença, nem fazia tenção de a pedir”.

As crenças liberais de Pereira do Lago ditariam, pois, a longa experiência de desterro que descreve em *Cinco Annos d'Emigração na Inglaterra, na Belgica, e na França*. Trata-se de uma obra extensa (540 páginas), estruturada em cartas, um formato que se tornara muito popular na escrita de viagem a partir do século XVIII. Sendo uma modalidade que cria expectativas de autenticidade e sinceridade, servia bem o propósito de ganhar credibilidade junto dos leitores. Além disso, e como se tornou frequente, o autor afirma que nunca fora sua intenção dar tais cartas à estampa e que só o fez a pedido de amigos:

Minha tenção éra, que estas pequenas memorias, que eu communicava a minha mulher, quando os objectos passavam á minha vista, e segundo as impressoens, que recebia, (...) [ficassem] para sempre na minha gaveta; mas como alguns dos meus amigos instáram comigo para as publicar, eu condescendi, para dar publico testemunho de consideração por estes, e de amizade tambem, por aquella minha boa amiga, a quem foram dirigidas. (Lago 5)

Dois outros aspectos merecem realce nas palavras acima transcritas: por um lado, o facto de se tratar de cartas familiares, em concreto endereçadas a sua mulher, o que poderia sugerir um conteúdo de cariz intimista; por outro, o qualificativo de “pequenas memorias”, o qual desde logo aponta para a relação que o género epistolar estabelece com outras tradições literárias, nomeadamente as memórias autobiográficas. Na verdade, ainda que no caso vertente não estejamos perante um olhar retrospectivo sobre acontecimentos decorridos há muitos anos e ao longo do tempo objecto de amadurecida reflexão, como frequentemente sucede no género memorialístico, pois a publicação surge logo em 1834 e as setenta e duas cartas estão datadas entre 8 de Novembro de 1828 e 18 de Agosto de 1833, a obra não deixa de ser um testemunho ocular que combina a experiência pessoal vivida com o contexto epocal, do qual se depreende uma consciência, por parte do seu autor, do valor documental da sua obra e uma vontade, ainda que não confessada, de inscrever o seu nome na História: “Em sentido estrito, o memorialismo define-se como um género em que alguém narra a sua história integrada na do seu tempo, contando não

só acontecimentos de natureza privada e individual (como faz a autobiografia) como outros, de que o protagonista e narrador foi agente, co-agente ou testemunha.” (Morão 315) A definição proposta por Paul Fussell para livro de viagens, a qual estabelece uma filiação com o memorialismo, ajusta-se assim à narrativa em apreço: “Travel books are a sub-species of memoir in which the autobiographical narrative arises from the speaker’s encounter with distant and unfamiliar data, and in which the narrative – unlike that in a novel or a romance – claims literal validity by constant reference to actuality.” (203)

Pode dizer-se que o relato de Pereira do Lago preserva não apenas a memória de cinco anos da sua vida de exilado, a nível pessoal, mas também a da experiência da emigração portuguesa ao tempo do Liberalismo em termos colectivos, registando para a posteridade percursos, vivências, sentimentos que contribuem para o conhecimento e a reconstituição desse capítulo da história pátria. Veja-se a passagem que se segue, acerca do “depósito” de Plymouth, contendo não apenas informação sobre o número de portugueses ali refugiados e sua condição de vida, mas também uma auto-imagem positiva do comportamento de tal comunidade em terras inglesas, administrada de início pelo controverso militar e político Cândido José Xavier (1769-1833) e posteriormente pelo general anglo-português ao serviço das forças liberais, Thomas William Stubbs (1776-1844) – que se estabeleceu em Portugal ao tempo da Guerra Peninsular e viria a tornar-se 1º Visconde de Vila Nova de Gaia –, quando o primeiro foi acusado pelos emigrados de favorecer amigos e protegidos, atribuindo-lhes avultadas fatias dos subsídios que lhe cabia distribuir, e teve por isso de ser substituído:

Acham-se aqui em Plymouth os emigrados Portuguezes, como em deposito, para serem regularmente socorridos, e por isso com um commandante para a boa ordem, economia, e contabilidade, mas sem armamento, nem disciplina militar, e chegando ao numero de tres mil setecentos e sessenta e tres, se tem comportado todos sempre de tal fórma, que merecem a estima, e consideração pública, e em sinal de gratidão seja permitido confessar, quanto foi louvavel a conducta deste povo, quando veio ordem do

governo Inglez para se dissolver o depozito. Apenas isto constou ao *Mayor*, convocou uma assemblea pública (*méeting*) em que se decidiu, representar ao governo a injustiça de semelhante ordem, e pedir que o deposito se conservasse, fazendo todos os elogios á conducta dos Portuguezes. Honra, gloria, e gratidão a homens, que por tão justa maneira se mostram dignos de pertencerem a uma nação livre. (Lago 26-27)

Pereira do Lago não ficaria nem um mês em Plymouth, pois na terceira carta, com data de 22 de Novembro de 1828, de onde as palavras acima transcritas também foram extraídas, anuncia já que está prestes a partir daquela cidade: “Vou em fim, deixar Plymouth, não sem grande saudade, e cheio de gratidão pela estima e obsequios, que devi a muitos dos seus habitantes. (...) Adeus Plymouth, eu mais feliz torne a verte.” (Lago 27-28) Foi precisamente no mês da sua chegada a Inglaterra que o governo britânico, chefiado pelo Duque de Wellington (1769-1852), ordenou a dispersão dos emigrados portugueses concentrados em Plymouth, como Pereira do Lago refere e condena.

Voltaria a Plymouth anos depois, em 1832, por altura da aprovação do Reform Bill, que define como um “triumfo da liberdade” (Lago 511) e em cujos festejos participou. Já na carta nº 66, de 12 de Junho desse ano, encontrando-se ainda em Londres, traça um retrato mais completo, em jeito de balanço, da emigração portuguesa:

Desde 1828 tem os paizes estrangeiros servido de asylo a milhares de Portuguezes, que fieis a seus principios e juramentos, não podendo derribar o despotismo, que debaixo de outro nome, foi ahi, por algum tempo, protegido por uma força estrangeira, seguiram a unica linha, que deviam, abandonando seus bens, não seus direitos; a usurpação, não a patria; victimas da sua lealdade, e da sua honra, conservando a nobre consolação, que dá a consciencia da virtude. (...) Plymouth não esquecerá a ordem barbara, para os refugiados portuguezes, que alli se achavam tranquillamente, recebendo subsidios, fossem distribuidos em acantonamentos, como prisioneiros de guerra, ou sahisses do Reino Unido (...) em consequência disto, foram obrigados a buscar as praias de França, menos inhospitas então, que as de Inglaterra. (Lago 512-513, 514)

E acrescenta ainda:

Todos os emigrados tem sofrido, gemendo apenas uns com outros, por muitos males, que se podiam ter evitado. A pobreza coube a todos, mas não a deshonra; a fome obrigou alguns a pedir esmóla, a contrahir dividas, e a serem até levados á cadêa por seus credores, mas mesmo assim, nenhum emigrado transigio com os agentes da usurpação (...) Houve diversidade de opiniões, que alguns enunciam sem crime, pela imprensa livre, relativamente aos *meios*, e não aos *fins*; sobre *pessoas*, e não sobre *cousas*, porque em um principio, todos concordavam sempre, *derribar a tyrannia, e restaurar o Governo Representativo: sermos livres com CARTA e RAINHA*. (Lago 516)

Passagens como estas tornam evidente o valor documental das narrativas de viagem produzidas por testemunhas oculares dos acontecimentos,³ pelo que constituem, como já atrás se realçou, fontes de informação a levar em conta na reconstituição de uma época. Contudo, devem evidentemente ser cotejadas com outras, para aferir o seu grau de fiabilidade, pois se o sentido da visão, aquele que medeia preponderantemente o encontro do viajante com o Outro na escrita de viagem em geral e que tem longa tradição como meio privilegiado de conhecer o mundo (ocularcentrismo), se institui nessas narrativas como um garante da “verdade” e “objectividade”, há que ter em conta que o texto é um construto elaborado a partir de uma visão sempre parcial, subjectiva, e que o eu que escreve selecciona e interpreta o que vê de acordo com as suas circunstâncias, ideologia e interesses, assumindo inevitavelmente uma dimensão ficcional enquanto protagonista da sua narrativa.

Regressando ao início da obra, a quarta carta é já supostamente escrita e expedida de Brentford, nos subúrbios de Londres, e apresenta a data de 1 de Março de 1829. Prestes a visitar pela primeira

3 Pereira do Lago, em nota de rodapé na página 374, datada de Londres, 7 de Agosto de 1831, diz ter assistido, inclusivamente, ao cortejo da Rainha de Portugal, que se encontrava na capital inglesa: “Mais impressões recebi hoje em Clarendon hotel. Eu tive a honra de assistir ao cortejo de S. M. a Rainha de Portugal, e todos os Portuguezes, que se acham em Londres, fieis a seus juramentos, e á Carta Constitucional, assim como ao de seu Augusto Pai, S. M. I. o Senhor D. PEDRO, que se achava presente, e alli hospedado.”

vez a grande metrópole, capital do império britânico, o autor não dissimula as suas elevadas expectativas, revelando pelas suas palavras que à chegada transporta já consigo uma imagem pré-concebida da cidade e da Inglaterra extremamente favorável e admirativa: “tudo me faz sentir já o agradável presentimento da satisfação que encontrarei em vêr a capital, a que se dirigem todas as vistas dos que viajam esta ilha grande, rica, e abençoada, que gosa privilegios, até pela sua posição, não concedidos a outros povos.” (Lago 32-33)

A partir da quinta carta, que situa o viajante já em Londres, acompanhamos o itinerário por ele percorrido não apenas na capital londrina mas em outras cidades inglesas que visitou (depois da chegada a Falmouth e de ter estado em Plymouth, visitou Exeter, Dartford, Dover, Leamington, Warwick, Kenilworth, Windsor, Reading, Bath e Bristol) – realce-se a sua vontade de conhecer outras regiões para além de Londres, pois “já Rousseau dizia, *que para ajuizar do character e costumes de uma nação, era necessário viajar as suas províncias*” (Lago 353) e de não querer fazer juízos precipitados ou tendenciosos: “Nem ceder ás primeiras impressões, nem vêr as cousas só por um lado.” (Lago 300) – através de sucessivas descrições de locais, monumentos, instituições, obras públicas, objectos, etc, apresentadas à medida que o autor vai avançando de um lugar para outro, segundo a linearidade da *viagem horizontal*, para usarmos a designação de Michael Cronin – “Horizontal travel is the more conventional understanding of travel as a linear progression from place to place.” (Cronin 19) –, que distingue esta modalidade de viagem da *viagem vertical*: “vertical travel is temporary dwelling in a location for a period of time where the traveller begins to travel down into the particulars of place either in space (botany, studies of micro-climate, exhaustive exploration of local landscape) or in time (local history, archeology, folclore)”. (*ibidem*) Pelo tempo passado na capital inglesa, que tanto o fascinou, e por ter visitado Londres demoradamente por seis vezes ao longo dos cinco anos de emigração, este segundo conceito de *viagem vertical* tem também interesse para o caso vertente, porquanto Pereira do Lago terá tido oportunidade de ir aprofundando o seu conhecimento sobre a grande metrópole, o

que de resto é confirmado pelas notas de rodapé que foi inserindo na sua narrativa ao longo dos anos. Eis apenas dois exemplos de tais notas de rodapé, a primeira relativa à carta 1, datada, como já foi referido, de 8 de Novembro de 1828, e a segunda apensa à carta 54, de Londres, 5 de Setembro de 1830:

Entrando outra vez em Londres em Agosto deste anno, quis tirar o passaporte de rezidencia, verdadeiramente, só por curiosidade. Apenas me anunciei na repartição (*alien office*) fui recebido com toda a civilidade, e passados dez minutos, estava munido da permissão de rezidencia, e sem despeza alguma. Londres 26 de Setembro 1832). (Lago 12)

Tão vergonhosa especulação [negócio criminoso de cadáveres com gabinetes anatómicos para dissecação], de que no meu tempo de residencia nesta capital, houve um exemplo em *Oxford Street*, tem animado outras mais horrorosas ainda. Acabam de sofrer a pena ultima, dois facinorosos, chamados Williams e Bishop, que não satisfeitos com o lucro de venderem para disseccções anatomicas, os cadaveres, que desenterravam dos cemiterios, passaram a matar de um modo, que deixasse sem defeito o corpo, para o poderem vender. (...) Londres 5 de Dezembro de 1831. (Lago 413)

Realce-se, a propósito, que o facto de o autor tornar visível esta forma de intervenção textual *a posteriori*, acrescentando e completando informação em notas de rodapé, cria a ilusão de que as missivas são oferecidas ao leitor tal e qual como haviam sido escritas no momento da sua produção e que o autor teve o cuidado de, durante o processo de revisão para publicação, preservar as versões originais. Tal estratégia, uma vez mais, visa conquistar a credibilidade dos leitores.

Ao contrário do que se poderia esperar, a identificação do receptor primeiro das cartas como a sua mulher não se traduz numa narrativa em que imperem as notas confessionais, os detalhes pessoais e íntimos, ainda que se deva reconhecer que a escolha de tal destinatária permite ao autor criar um enquadramento de forte ligação emocional com a pátria que teve de ser abandonada por não ser segura, com tudo o que isso implica de traumático no plano da identidade e dos

afectos. É certo que aqui e ali encontramos algumas passagens em que o emigrado fala das “amarguras de um não merecido desterro” (Lago 497) e em que diz que foge dos divertimentos porque “não cabem n’alma, ao mesmo tempo, prazer e dôr;” (Lago 61) e é certo também que fornece alguns pormenores da sua vida pessoal, como sucede na abertura da carta n° 9 (Londres, 8 de Maio de 1829), em que refere ter estado preso no forte de Peniche na sequência dos acontecimentos da “Abrilada”: “Fazem hoje cinco anos, quam longe eu estava d’aqui! Sepultado em um escuro calabouço da fortaleza de Penixe, com tantas illustres victimas do horroroso atentado de 30 d’Abril de 1824.” (Lago 65) Mas o recurso à forma epistolar, com a sua natureza fragmentária e plástica, que permite a abordagem das mais diversas matérias, a passagem descontínua de um assunto para outro e saltos cronológicos, como se verifica na obra em análise, serve, no caso da narrativa na primeira pessoa de Pereira do Lago, o objectivo primordial de registar um vasto caudal de pormenores factuais e de informação empírica, com que o autor pretende agradar, mas sobretudo *instruir*, a sua leitora privilegiada e, num segundo momento, o público leitor mais alargado.

Ao invés de se entregar ao desânimo, o militar-viajante transforma a situação adversa em que se encontra numa oportunidade de observar a organização social e o modo de vida de um povo livre, como sonha que o português venha a ser num futuro próximo, que não deixa escapar. Escreve na carta n° 63, datada de Londres, 20 de Outubro de 1831: “A sorte, que ainda quer que eu esteja privado de respirar o ar da patria, em recompensa me tem feito vêr o que em seculos não apparece; a attitude de um Povo livre para o ser, e a de uma Camara que o representa dignamente.” (Lago 493) Sublinhe-se aqui a primazia conferida pelo autor ao sentido da visão, em linha com uma das características dominantes da escrita de viagem ao longo dos séculos:

Travel writing, in its varied forms and formats, has long been deeply implicated with visual practices. Seeing, looking and gazing are entrenched in the majority of travellers’ narratives. According to Bernard McGrane, “To travel is to see – travel is essentially a way of seeing, a mode of seeing: it is

grounded in the eye, in our visual capacity" (1989, 116). Historically, it is above all through seeing that distant places, landscapes, foreign people, animals and objects seem to gain consistency. The gaze is then transferred into the text whether in written or in visual form." (Alù e Hill 1)

Prolongando-se penosamente o exílio forçado – “Eu ainda viajo, ou antes, eu ainda vagueio, por Inglaterra”, (465) desabafa na carta 59, datada de Bath, 1 de Setembro de 1831 – , o autor encontra alento na contínua comunicação a sua mulher do que lhe foi dado ver e que considerou digno de registo, sem nunca mencionar no seu relato qualquer companheiro de viagem durante as suas deambulações por Inglaterra. A carta é um espaço de partilha da experiência do estrangeiro e uma forma de aproximação ao lugar de pertença (pátria/lar): “Obrigado a resignar-me ás circumstancias, que me fazem escrever-te ainda d’aqui, continuarei a communicar-te o que vejo, porque assim viajamos juntos.” (Lago 532; carta n° 71, de Londres, 3 de Julho de 1833)

A textualização da viagem como uma aprendizagem útil, proveitosa do ponto de vista formativo, irá basear-se essencialmente na descrição objectiva, por vezes bastante pormenorizada, e que funciona como garante de que o autor realmente *viu* aquilo de que fala e que posteriormente colocou em palavras. Como diz John Berger na abertura do seu influente livro *Ways of Seeing*, “seeing comes before words.” (7) O olhar curioso predomina na mediação do encontro de Pereira do Lago com a realidade inglesa – e com a belga e francesa com que também contactou, pois quis “ver outros paizes, cuja diversidade de costumes, e de estabelecimentos, mais interessam, comparando-os” (Lago 91) –, reforçando assim a ideia de veracidade do que é relatado. Sendo uma questão fulcral em muita da escrita de viagem, a curiosidade não deve ser entendida aqui numa acepção superficial, mas antes como vontade do viajante em aprender sobre lugares, pessoas, coisas que não lhe são familiares (do mesmo modo que o público leitor que consome escrita de viagem também satisfaz por essa via a sua curiosidade sobre o mundo), como meio de aquisição séria de conhecimento, em linha

com a estética da distância (“the traveller’s desire for the distant”, Leask 23) teorizada por Henry Home, Lord Kames (1696-1782), em *Elements of Criticism* (1762), obra que se tornou muito popular e influente no século XVIII:

Men tear themselves from their native country in search of things rare and new; and novelty converts into a pleasure, the fatigues and even perils of travelling. To what cause shall we ascribe these singular appearances? To curiosity undoubtedly, a principle implanted in human nature for a purpose extremely beneficial, that of acquiring knowledge; and the emotion of wonder, raised by new and strange objects, inflames our curiosity to know more of them. (Kames 207)

Nigel Leask, no seu estudo *Curiosity and the Aesthetics of Travel Writing 1770-1840*, debruça-se precisamente sobre o grande contributo dado pelo pensamento de Kames para o aprofundamento do conceito de curiosidade nos seus vários sentidos, chamando a atenção para a sua centralidade na escrita de viagem do período em foco e sublinhando o modo como aquele jurista e filósofo escocês estabelece uma relação estreita entre a curiosidade “and its cognate terms ‘novelty’, ‘singularity’, and ‘wonder’.” (Leask 23) E não faltaram a Pereira do Lago motivos de espanto e admiração perante as novidades e as singularidades que lhe foi dado ver, sendo de notar o léxico encomiástico usado pelo autor para traduzir tal experiência de deslumbramento, quer em relação à cidade de Londres – “Quanto mais vejo Londres, mais a sua magnificencia me admira, e a sua riqueza me espanta. Que soberbo agregado de grandezas!” (Lago 46) –; quer em relação às maravilhas da engenharia – “Prodigioso esforso de talento, de trabalho, de arte e de constancia”, (Lago 88) exclama diante das obras de construção (1825-1843) do túnel pedonal sob o Tamisa, em Londres –; quer em relação a um estabelecimento científico como o London Institution (antecessor da University of London) – “A instituição de Londres, (*London Institution*) a que tive a honra de ser introduzido muitas vezes, pelo meu digno amigo, o Senhor Marreco, é um estabelecimento scientifico de tal magnitude, que faria a honra a uma

academia, a uma universidade”; (Lago 332)⁴ ou ainda em relação às carruagens a vapor – “Nada porem espanta tanto como as novas carroagens de vapor, que correm sobre caminhos de ferro (...) É por todos reconhecido, que em parte nenhuma as máquinas tem chegado ao ponto de perfeição, que em Inglaterra.” (Lago 397-398)

Os quatro exemplos acima transcritos não passam de uma pequeníssima amostra, porquanto o impulso descritivo de Pereira do Lago, alicerçado nos critérios da utilidade e do progresso material e cultural, se concentrou numa multiplicidade de assuntos a propósito dos quais não são poupados elogios à Inglaterra, expressos através de uma linguagem extremamente laudatória e que a frase “os Inglezes (...) tudo levam á magnificência” (Lago 339) bem resume. Ao longo das centenas de páginas que compõem *Cinco Annos d’Emigração na Inglaterra, na Belgica, e na França*, sucedem-se descrições e explicações sobre os tópicos mais diversos, em grande medida relacionados com o espaço urbano: palácios, igrejas, hospitais, prisões e casas de correcção, *workhouses*, escolas (incluindo para cegos e surdos-mudos), universidades, gabinetes de leitura, métodos de ensino (como o do ensino mútuo), laboratórios anatómicos, instituições de caridade pública e de beneficência, museus, galerias de arte, fábricas, companhias comerciais, hotéis e pensões, docas, pontes de ferro, minas, caminhos de ferro, estradas, meios e rede de transportes, o método de Macadam, uma sessão de mnemotecnica, arsenais, correios, jardins e parques, lojas e suas montras, clubes, a sociedade de defesa dos animais, teatros, termas, seguros de vida, o sistema de iluminação a gás de Londres bem como o de distribuição de água, imprensa periódica, o boxe, execuções públicas...

Muitas vezes, o carácter extraordinário da realidade que está a ser descrita é ainda ampliado pela força impressionante dos números

4 Trata-se por certo de António de Oliveira Marrecá (1805-1889), economista, professor, político e escritor, homem de ideias liberais que emigrou também para Londres e dali regressou em 1834. Viria a fundar a prestigiada revista literária e instrutiva da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis, *O Panorama* (1837-1868), um dos mais importantes e influentes órgãos do Romantismo português.

(incluindo o elevado custo de vida e o interesse em obter lucro⁵), o que constitui, de resto, uma característica recorrente na escrita de viagem, sobretudo quando o foco é colocado numa grande metrópole:

A pessoa menos sensível não pôde deixar de sentir um prazer, sabendo que a filantropia Inglesa, só em Londres, se exerce em 27 hospitaes; 128 asylos para desgraçados de um e outro sexo; 32 casas que dão gratis remedios a doentes pobres, ou por módica quantia; 45 escólas para instruir, e vestir 4\$000 crianças; 17 unicamente para orfãos; e 238 escólas parochiaes, que só nestas se calcula receberem educação para cima de 12\$000 crianças. (Lago 324)

Não que as questões políticas tenham sido ignoradas, pois encontramos na narrativa descrições do governo inglês, da Câmara dos Comuns e da Câmara dos Lordes, do sistema judicial, acompanhado de louvores à imparcialidade da justiça, do partido *Tory*, da luta pela reforma do sistema eleitoral que conduziu à aprovação do Reform Act de 1832, da administração civil de Londres, de *meetings* políticos, da liberdade de culto, da permissão do divórcio; e também, apesar de toda a admiração demonstrada, comentários às grandes desigualdades sociais (“a riqueza em alguns tão pequena, como em outros colossal (...) a pobreza (...) também aqui ha, e grande”, Lago 433), à elevada taxa de mendicidade, à exploração do trabalho infantil representada pelas crianças limpa-chaminés, que considera vergonhosa e desumana, ao alcoolismo, um problema social que muitos viajantes estrangeiros em Inglaterra apontaram nos seus relatos e que integrou recorrentemente a imagem estereotipada daquele país além-fronteiras, por vezes com contornos humorísticos de cariz irónico, sarcástico, caricatural. Também Pereira do Lago não resistiu a gracejar sobre

5 Ao ter de pagar para ter acesso aos estabelecimentos culturais, queixa-se o autor: “Além do museu, e livraria, unico estabelecimento em Londres aberto *gratis* ao público, e sem trabalho, em todos os mais se paga. Tanta dificuldade e despeza para vêr até aquelles necessários para a instrucção, faz que esta fique ao alcance das *libras*, e dos *shillings*, o que não pôde deixar de retardar o progresso geral das luzes, não sendo só em Londres, como grande capital, que isto acontece, mas geralmente em toda a Inglaterra.” Portugal merece-lhe, neste capítulo, elogios, pela “franqueza, com que entre nós, e sem despeza, tudo se franquea para vêr” e pela “hospitalidade que tanto distingue os Portuguezes.” (Lago 346-347)

o grande consumo de bebidas alcoólicas entre os ingleses, naquela que é praticamente a única nota de humor numa narrativa que se apresenta redigida num tom sério. Ao descrever o Pump Room (salão onde se podia beber água mineral) do complexo das águas termais de Bath, comenta: “Tem uma inscrição em Grego, que custa a acreditar, que se escreva em Inglaterra, mas que de certo modo não é seguida, que quer dizer: ‘*agoa o melhor dos elementos*’.” (Lago 472) Estamos, contudo, muito longe da sátira ao alcoolismo feita, por exemplo, por um outro emigrado, Alexandre Herculano, para quem o exílio político foi uma “rocha de dor”. (Nemésio 41) Em “De Jersey a Granville (1831)”, narrativa de viagem de carácter memorialístico publicada pela primeira vez entre 29 de Abril e 20 de Maio de 1843 na revista *O Panorama*, apresenta um retrato grotesco do inglês tomado pela bebida através de personagens dessa nacionalidade que com o narrador fazem a travessia para França. Numa noite de tempestade, um deles, ao procurar abrigo na câmara que ficava debaixo do tombadilho, despenhou-se do cimo das escadas, produzindo “o som d’um *cask* de cerveja cahindo de vinte pés d’altura.” (Herculano 30)

Mas o seu olhar deteve-se sobretudo nas riquezas da Inglaterra, no desenvolvimento do seu comércio, indústria e agricultura, no seu avanço científico e tecnológico, nos estabelecimentos de apoio social, nas obras públicas, nas questões de segurança, no amor pela verdade e a justiça, nas formas de propagação da instrução pública, no bom gosto, nas comodidades, na singularidade dos costumes, no sentido de utilidade, no interesse público e no interesse nacional, no espírito industrioso da nação (“Continuarás a ver, que quasi tudo, que os Inglezes fazem, leva, á maior perfeição e grandeza.” Lago 394), no patriotismo do povo (“um Inglez, só vê diante dos olhos Inglaterra, e, para si, é o melhor que pode vêr.” Lago 350) e, acima de tudo, na liberdade em que ali se vivia e que permitia tal florescimento. Logo na primeira carta, diz a sua mulher: “Tu hirás observando, que com a liberdade tudo marcha bem, porque a liberdade é uma luz.” (Lago 13) Mais adiante, na carta nº 56, de 30 de Outubro de 1830, reforça: “debaixo de um governo livre tudo prospera, e nos paizes escravos, por melhor que seja o clima, parece que até a natureza retrograda.”

(Lago 430) Como seria de esperar, não é apenas a liberdade política que lhe merece rasgados elogios, mas também as consequentes liberdades de ideias, de expressão, de imprensa, chamando aos jornais “a sentinela da Inglaterra.” (Lago 349) O asseio, que reconhece como um traço distintivo da Inglaterra quando comparada com outras nações, e que se torna uma obsessão ao longo do relato, tantas são as referências à limpeza que pode testemunhar um pouco por todo o lado, é mesmo associado à liberdade, num curioso paralelismo que estabelece entre asseio de costumes e asseio espiritual: “Este geral asseio é que quem tem viajado, confessa, que só em Inglaterra se encontra: elle está tanto nos habitos de um Inglez, como na sua alma, o amor da liberdade.” (Lago 93-94)

Ao procurar traçar um quadro panorâmico do povo inglês, suas instituições, usos e costumes – um paradigma civilizacional que o autor admira e que, a seus olhos, constitui um modelo a seguir a muitos níveis –, o viajante/observador Pereira do Lago está a imprimir à sua narrativa uma dimensão etnográfica que, como se sabe, é central na escrita de viagem: “The description of peoples, their nature, customs, religion, forms of government, and language, is so embedded in the travel writing produced in Europe after the sixteenth century that one assumes ethnography to be essential to the genre.” (Rubiés 242) Os dados sobre a Inglaterra fornecidos no seu relato, recolhidos em primeira mão, ilustram como a escrita de viagem constitui uma fonte de informação etnográfica relevante, apesar de as desconfianças que possam ser levantadas quanto à sua fiabilidade. Na verdade, na pluralidade de formas que o género pode assumir, encontramos a disponibilização de informação que contribui para a análise esclarecida e sustentada das culturas, ganhando especial importância as obras que são fruto de uma permanência demorada, como observa Carl Thompson: “Certainly this [being a valid source of ethnographic information] seems a fair assessment of the many travel writers over the years who have lived long periods amongst the peoples and landscapes they describe, and who clearly have a deep knowledge of, and a great affinity with, those peoples and landscapes.” (93)

Assim, ganha relevo o relato sobre a Inglaterra de Pereira do Lago, por ser o resultado de uma estada prolongada e por divulgar junto do público leitor português um retrato da sociedade inglesa numa altura em que eram poucas as narrativas de viagem de autoria portuguesa acerca daquele país. Almeida Garrett e Alexandre Herculano, que também viveram o desterro em Inglaterra e deixaram registo de tal experiência, são a este respeito dois casos a salientar, e que podem ser lidos em confronto com Pereira do Lago; mais tarde, seriam dadas à estampa outras obras, nomeadamente *Recordações de Paris e Londres* (1863), de Júlio César Machado (1835-1890), e sobretudo as de Ramalho Ortigão (1836-1915), Eça de Queirós (1845-1900) e Oliveira Martins (1845-1894), atentas às grandes questões políticas, económicas e sociais e às características idiossincráticas do povo inglês.⁶

Estas últimas também foram objecto da atenção de Pereira do Lago e da sua análise, fornecendo o autor um retrato que merece ser citado, pois veicula uma imagem mais equilibrada do que a projectada por outros viajantes portugueses oitocentistas, bem mais críticos e frequentemente satíricos:

É por isso, que ao clima frio de Inglaterra, e á sua atmospherá pesada, que penso, se póde attribuir, geralmente fallando, serem os Inglezes sombrios e tristes, assim como á sua liberdade, e conhecimento da sua força, serem um pouco altivos, e arrogantes; defeito, que a civilisação vai diminuindo, que um estrangeiro não póde desculpar, assim como outro quasi geral, de só acharem bom o que é Inglez. Nutrem egoismo nacional, e esse lhe approvo, porque tem patria, e razão de referirem tudo ao interesse della. Na conversa familiar empregam poucas palavras, e nenhuma maneyra affectadas; são francos, generosos, e livres, e uma das suas grandes virtudes públicas, é a firmeza em suas opiniões politicas, e franqueza em as enunciar: isto é, tem caracter. Um Inglez não falla, nem aperta a mão a quem não conhece, ou não lhe foi introduzido, mas quando o faz, não são dois rivaes, que se aborreçam, nem amigos na apparencia, que se abracem. Ninguem é

6 Sobre as visões portuguesas do inglês e da sua ilha, ver Castanheira, vol. II: 1027-1160.

melhor amigo, quando o chega a ser, e então todo a indiferença se torna em urbanidade.

São geralmente crimiados os Inglezes de interesseiros (...). Os Inglezes amam o interesse honesto; sacrificam-lhe o trabalho, não a honra; entra sempre nos seus cálculos de commercio, não nos de amizade; com elle gozam, e valem á desgraça. (Lago 437-438)

Estamos perante uma síntese de muitos dos traços que já antes eram convencionalmente atribuídos aos ingleses e que continuaram a sê-lo muito para além deste período, mas sem serem reduzidos ao traço grosso e exagerado da caricatura. Já antes, na carta nº 55, de 20 de Setembro de 1830, o autor tinha apontado que “a Nação é geralmente (...) triste, e (...) pouco dada a prazeres, a não serem os domesticos”, (Lago 424) descrevendo por isso a vida em família, na tranquilidade e segurança do lar, que os ingleses consideram o seu castelo. À semelhança de outros viajantes, também Pereira do Lago não deixou de falar da estranha monotonia e tédio do domingo inglês, em que o comércio está fechado e todos os entretenimentos são proibidos, quando em outros países é um dia de divertimento e um remédio para a fadiga causada por uma semana de trabalho: qualifica-o como “sombrio e melancolico”, notando que Londres, ao Domingo, adquire um aspecto “quasi sepulcral.” (Lago 422) Apenas as igrejas abrem as suas portas, e as tabernas, onde as classes baixas (o baixo povo “grosseiro e brutal”, como diz a páginas 452) se entregam ao vício da bebida, o que lhe merece um comentário irónico que não é habitual, pois na sua narrativa privilegiam-se os esplendores, e não as misérias, da grande capital inglesa: “eis-aqui a santificação do domingo em Londres; eis-aqui o descanso das classes trabalhadoras.” (Lago 423)

Não faltam igualmente na obra de Pereira do Lago impressões sobre as mulheres inglesas, um tópico recorrente nos relatos de viagem, aliás, onde se fala da sua beleza e elegância, mas também da sua frieza, severidade e melancolia. No caso vertente, tratando-se de cartas endereçadas pelo autor à sua mulher, é de crer que supusesse que o assunto fosse por ela considerado de especial

interesse. Pereira do Lago consagra ao tema parte da carta nº 56, de 30 de Outubro de 1830, começando por sublinhar a sua formosura e encanto: “Se a formosura tivesse patria, a Inglaterra com razão deveria disputa-la (...) devem [as senhoras inglesas] á natureza o serem bellas, e com a altura dar-lhes elegancia. Assim ferem de espanto a vista, e com suas maneiras graves e tímidas, de encanto a alma.” (Lago 453) Passa em seguida à questão da educação, notando que as inglesas aprendem música, dança, desenho e francês, e se interessam pela leitura de livros e jornais; pouco diz sobre a moda, para além de registar que seguem o gosto francês; realça que as senhoras casadas detêm em casa toda a autoridade doméstica; e dá, isso sim, especial ênfase a um costume que representa uma grande diferença entre a Inglaterra e Portugal, a liberdade de que gozam para sair, sozinhas ou acompanhadas, ficando implícito que se trata de uma prática saudável: “Gozam da mais ilimitada liberdade em sair, e passear, o que muito lhes agrada, e lhes é util. O passeio é para as senhoras como o sol para as flores. (...) Todas as senhoras se encontram sozinhas, ou acompanhadas, nas ruas, nas lojas, nos theatros, e nos passeios, do mesmo modo, que os homens, sem que esta frequencia lhes faça perder o respeito, e a consideração.” (Lago 454-455)

Sem se pronunciar sobre o que pensa em relação a tal independência da mulher inglesa, Pereira do Lago, como é seu apanágio, adopta a atitude de observador objectivo e distanciado que colige informação, mas, galanteador, estabelece um paralelismo entre as boas qualidades das senhoras inglesas e as das portuguesas: “Lisonjeo-me, que, a muitos respeitos, se parecem com as senhoras Portuguezas. A semelhança senão é exacta, eu a faço sincero.” (Lago 455)

Este comentário é apenas um dos muitos indícios de que, ao longo de toda a descrição da experiência de emigração em Inglaterra, a pátria, imersa em “terror e escravidão”, (Lago 519) permanece sempre presente em fundo, como contraponto, na narrativa de Pereira do Lago. O escrutínio e o confronto com o Outro inglês, a vivência da diferença geográfica e cultural, força o desterrado a uma reflexão sobre a sua identidade enquanto português, e à adopção de um

ângulo de visão comparativo⁷ em que sobretudo as dissemelhanças se agigantam e conduzem ao elogio da superioridade civilizacional da Inglaterra, com a conseqüente tomada de consciência da inferioridade de Portugal: “Portugal privado de talentos, cabedaes, amor pela liberdade, e patriotismo de mais de 50\$000 pessoas, emigrados, presos, e escondidos, o resto gemendo debaixo de uma pesada massa de ferro, que oprimindo todos com o medo do terror, os priva da menor acção, e qualquer espirito que se levante, sucumbe logo.” (Lago 322) Tal ponto de vista hierarquizador deriva, evidentemente, do posicionamento ideológico do viajante Pereira do Lago, o qual determina os assuntos que selecciona como memoráveis para figurarem no seu relato e a sua atitude de admiração pela Inglaterra, que define insistentemente, ao longo da obra, como uma terra de liberdade, o valor que mais preza: “Finalmente o maior e mais poderoso tribunal de Inglaterra, é a opinião pública, *la reine qui fait les rois*, formada pela liberdade de pensar, de fallar, e de escrever, *atributo innato ao homem*, mas que os despotas, com severas leis cuidam prohibir.” (Lago 77)

No outro lado da Mancha, debaixo da “atmosfera fria, pesada, escura e humida” (Lago 425) de Inglaterra onde o Verão raramente chega – “há dois annos, que espero por elle sem o vêr” –, (Lago 436) do ar poluído de Londres, o autor não consegue deixar de se lembrar do delicioso céu ensolarado do seu país natal, insinuando-se nestes momentos uma imagem idílica da pátria. Contudo, ao contrário de outros compatriotas seus que fizeram do clima inglês um dos grandes motivos de sátira à Inglaterra, Pereira do Lago apresenta uma visão bem mais moderada (dando provas de independência de ponto de vista e demarcando-se, assim, da tendência de muitos viajantes para simplesmente corroborarem o *déjà dit*) na qual, ainda assim, se poderá entrever uma evocação saudosista de Portugal: “Sobre o clima de Inglaterra, muito injustamente falla quem só por ter estado em Londres, julga conhecer todo o paiz, ou porque fazendo milhas no coche em um dia, quer ajuizar de annos. Eu vi em differentes estações

7 Eis um exemplo de comparação: “Tavernas, este nome que soará mal ao teu ouvido, julgando-as pelas de Lisboa, são em Inglaterra, casas decentes, e com aceio, que fornecem comer, e bebidas, e onde se fazem grandes reuniões.” (Lago 372-373)

e logares de Inglaterra, dias tambem Portuguezes, e não eram excepções." (Lago 435)

É também significativo o reconhecimento de que a distância ensina a apreciar o que se deixou no país natal, como lhe sucedeu quando, ao descrever a sua visita a uma grande praça de Londres, comenta que só então soube avaliar a singular beleza do Terreiro do Paço; ou quando, perante as comodidades da vida inglesa, valoriza as riquezas naturais de Portugal: "Não temos ainda estas vantagens, mas a sorte reparte tudo; gozamos um delicioso clima, que cada vez sei mais apreciar, e que quasi, sem trabalho, nos dá as produções da natureza. Ah! Se um dia conquistarmos a nossa antiga, e roubada liberdade, e que nos mostremos *não descuidados* netos dos antigos Portuguezes, que teremos a invejar nos outros Povos!" (Lago 396-397) Emerge destas palavras precisamente aquele sentimento que V. Viçoso diagnostica no drama dos exilados, "uma paroxística orfanidade, recompensada pelas imagens telúricas ou históricas de uma mítica Pátria de outrora, ou seja, de uma antiga Pátria de liberdade que seria necessário restaurar para que ser português voltasse a ter sentido." (175)

De longe, da "terra classica da liberdade", (Lago 9) olha com sentido muito crítico para o seu país, traduzindo-se esse olhar distanciado em comentários que exprimem uma dolorosa constatação do atraso português e da urgência de lutar por um novo Portugal. Expressões como "nosso atrasado Portugal", "nosso malfadado Portugal", "nossa infeliz patria", "desgraçado Portugal" (Lago 341, 362, 478, 521, 527) sucedem-se ao longo das páginas, à medida que observa a diferença entre a Inglaterra e Portugal, aquela a desenvolver-se e a prosperar sob o signo da liberdade, este decadente e tolhido pela tirania. Particularmente simbólica é a passagem em que descreve a sua visita às ruínas do castelo de Kenilworth e associa a paisagem que contempla ao estado de Portugal: "Eu deixei este logar, mas que idéas, que impressões deixam as ruínas! Outras me são sempre presentes, as do desgraçado Portugal. Ah! Praza ao Ceo, que um governo esclarecido ahi suceda." (Lago 368) O sonho de uma pátria livre é o ideal que alimenta o emigrado, ou, como diz V. Viçoso, "a esperança

da sua ressurreição futura.” (*ibidem*) Não por acaso, ao falar na carta nº 68, com data de 10 de Agosto de 1832, do seu regresso à cidade do Porto integrado no exército libertador (seguir-se-ia o longo cerco feito pelos realistas às tropas liberais de D. Pedro), diz ter encontrado, não “o Porto antigo”, mas o seu “cadaver”. (Lago 520)

A carta derradeira da narrativa de Pereira do Lago, escrita de Londres, para onde entretanto voltara, com data de 18 de Agosto de 1833, celebra a vitória alcançada sobre os absolutistas no dia 24 do mês anterior, quando as tropas liberais sob o comando do Duque de Terceira (ele próprio um dos exilados em Inglaterra desde 1828) entraram em Lisboa. O autor vê chegar ao fim o seu longo exílio: “Esta é a ultima, que d’aqui te escrevo, depois de passados cinco annos em terras estranhas, com privações, cuidados, e saudades, e se por dever, e com tristeza, então deixei tantos objectos para mim tão charos, hoje por dever, e com satisfação corro a elles.” (Lago 540) Pode agora regressar à pátria, que começa a libertar-se do jugo miguelista que tão forte retrocesso causara à implantação do Liberalismo em Portugal, e participar na construção da paz e do progresso: “Cinco mil victimas da honra, e da liberdade já não gemem em Portugal: (...) Milhares de pessoas escondidas gozam já a segurança domestica, e os emigrados a consolação de já o não serem: está em fim nossa patria livre.” (Lago 538-539)

Na verdade, seria ainda necessário esperar pela batalha da Asseiceira, travada em 16 de Maio de 1834 e ganha pelas forças leais a D. Pedro, para que se desse a derrota definitiva do seu irmão D. Miguel (que partiu para o exílio) e, conseqüentemente, terminasse a guerra civil entre liberais e absolutistas. Para tal triunfo concorreu o apoio e o auxílio prestados pela Inglaterra – que tardaram em chegar, o que mereceu a crítica de Pereira do Lago –, só abertamente favorável à causa dos liberais portugueses com o novo ministério liberal de *Lord Grey* (1830-1834), que sucedeu ao governo *tory* de Wellington, e após a abdicação de D. Pedro IV ao trono do Brasil, seguida do seu regresso à Europa em 1831 para lutar pela Carta Constitucional e pelos direitos da sua filha D. Maria.

A título de considerações finais, dir-se-á que o exemplo de Pereira do Lago é bastante ilustrativo do potencial transformador da viagem

ao estrangeiro e de como a construção da identidade se processa dialogicamente através da interação com a diferença. Na senda do empirismo iluminista que vê na viagem um meio privilegiado de aquisição de saber, este emigrado português está convicto do enriquecimento que representa o confronto intercultural: “De cada nação se aprende, todas tem cousas boas, umas mais que outras, porém comparem-se entre si para aproveitar de cada uma o que for melhor, e mais util, é o que deve fazer quem quer melhorar em conhecimentos vantajosos.” (Lago 379)

Sem dúvida que para o autor a Inglaterra constituiu uma grande lição. Toda a admiração de Pereira do Lago pela Inglaterra está condensada no parágrafo que encerra a sua narrativa de viagem:

Adeus Inglaterra, adeus Londres, só quem tem visto outros paizes, te sabe apreciar. Eu vou deixar-te, porém lembrar-me-hei sempre de teus estabelecimentos de sciencia, de filantropia, de caridade; de tuas artes, de tuas máquinas, de tuas manufacturas; de teus monumentos, de teus parques, de teus caminhos; de teus cómodos, de teus aceios, de teus confortos; de tua segurança, de tua grandeza, de tua magnificência, e mais que tudo, da tua liberdade. (Lago 540)

Para este militante liberal, o desenraizamento do exílio, apesar da dor resultante da separação da família e da pátria em 1828, a qual de quando em vez ganha expressão no seu relato mas sempre de forma breve e contida, constituiu um tempo de errância que o desterrado soube aproveitar de forma conscientemente útil como uma oportunidade para se abrir intelectualmente ao Outro, alargar os seus horizontes, adquirir uma preciosa instrução prática. As palavras que emprega para descrever as suas impressões após a visita, em Bath, à casa de “Mr. Sheu” [Thomas Shew (1783-1839)], colecionador de pintura e negociante de arte, onde pôde observar “uma instructiva collecção de modélos dos monumentos, e edificios mais notáveis dos diferentes paizes da Europa, que elle vio”, (Lago 485) constituem na verdade o lema que orientou as suas próprias deambulações pela Europa: “Mr. Sheu não conquistou só milhas; (...) elle viajou e aproveitou.”

(*ibidem*) Homem de espírito prático, com interesses técnicos e científicos, acumulou durante a sua experiência em Inglaterra e nos outros países que visitou, um capital cultural que lhe deu “mundo”: *viajou e aproveitou*. A experiência da alteridade, a interacção com outros espaços geográficos, outras gentes, outros modelos de sociedades organizadas em moldes que gostaria de ver implantados na sua pátria, foi vivida e procurada pelo emigrado com a clara intenção de aprender e adquirir conhecimentos que pudessem vir a ser úteis à regeneração de Portugal. Perto do final da sua longa narrativa de viagem (Carta n.º 68, Porto 10 de Agosto de 1832), o balanço que faz é muito positivo: “Ah! De quanta importancia são as consequencias, que tirei desta experiencia!” (Lago 523)

O tempo de desterro terá sido para Pereira do Lago também um tempo de leitura. A sua obra apresenta-se como o produto de um homem culto, sendo óbvio um certo exibicionismo nas muitas citações de autores franceses, ingleses e sobretudo portugueses que inclui, nomeadamente de Madame de Staël, Voltaire, Oliver Goldsmith, Pope, Correia Garção, Castilho, sobretudo Camões e Filinto Elísio, dois poetas que bem conheceram a dor do exílio, para além dos conhecimentos que mostra possuir sobre a história de Inglaterra. Ao evidenciar deste modo a sua faceta de leitor com múltiplos interesses, Pereira do Lago coloca a sua narrativa em diálogo directo com outros textos, construindo uma rede de intertextualidades que, se por um lado constitui uma forma de promoção da sua imagem enquanto homem ilustrado, por outro possibilita que os seus leitores escutem não apenas a sua voz mas as vozes de outros autores.⁸

Curiosamente, a sua representação textual do contacto com o Outro inglês nunca equaciona os problemas linguísticos que tal situação por certo colocou. Ao longo da obra, o autor vai fazendo

8 A intertextualidade é, aliás, uma marca distintiva da escrita de viagem. Muitos autores colocam os seus textos em diálogo (concordante ou discordante) com outros textos acerca dos mesmos lugares, e é frequente o recurso a citações de, ou alusões a obras que se tornaram autoridades na matéria, como forma de corroboração do que o autor afirma. Esta questão interliga-se com uma outra, em resultado da leitura prévia de textos disponíveis sobre os lugares visitados: a consciência, por parte do viajante, de que outros os precederam no mesmo trajecto ou destino, do que deriva uma ansiedade na busca de uma nova forma de *dizer* aquilo que já foi dito e descrito.

acompanhar as suas descrições de terminologia em inglês,⁹ o que revela uma preocupação de rigor e didactismo, não devendo ser perdido de vista que a inclusão de léxico estrangeiro na escrita de viagem lhe confere *cor local* e, uma vez mais, autentica o narrado. Ao mesmo tempo, sinaliza a referência a algumas realidades que não têm designação na língua portuguesa por corresponderem a uma diferença estrangeira “absoluta”.¹⁰ Na verdade, Pereira do Lago nada diz sobre a sua competência linguística no respeitante à língua inglesa e a obra não tende à reprodução de diálogos travados com naturais do país visitado, nem refere actos de intermediação por via da tradução aquando das suas conversas com os seus amigos ingleses, que nomeia; ainda que seja de supor que, por se ter tratado de uma estada demorada, o viajante tenha adquirido razoáveis conhecimentos do idioma inglês. Susan Bassnett aborda precisamente a dimensão linguística da viagem e chama a atenção para uma das características do género: “Indeed, one of the conventions of travel writing requires readers to suspend disbelief and to accept the veracity of conversations between the traveller and people encountered on a journey, as though such conversations always take place in the traveller’s own language.” (Bassnett 550)

O que assume protagonismo na obra em análise não é o contacto directo com pessoas, mas antes o olhar descritivo e o juízo de valor sobre a vida material, sobretudo, e também sobre os costumes, do que resulta a imagem de que viajar se reduz em grande medida à contemplação visual de um grande e impressionante espectáculo, nomeadamente a Inglaterra da primeira metade do século XIX – o que vai ao encontro do que observa Margaret Topping em “Travel Writing and Visual Culture”: “the reduction of the world to visual

9 Eis alguns exemplos: *hotel, comfortable, lodgings, boarding house, public house, watchmen, sheriff, alderman, stage coach, mail coach, penny coach, work-house, shillings, club, ale, porter, certificate of arrival, common law, universal suffrage, poll-clerk, rotten borough, court, bill, jury, speaker, meeting, exchequer, cricket.*

10 Ao referirem-se ao léxico usado na construção de imagens do Outro, Álvaro Manuel Machado e Daniel-Henri Pageaux destacam as “palavras não traduzidas, intraduzíveis, pois essas palavras veiculam e significam uma realidade estrangeira absoluta, um elemento de alteridade inalterável.” (Machado e Pageaux 54)

experience may also imply a reduction of the traveller and his/her culture to a spectacle produced by and for the traveller/writer." (79)

Ao "traduzir" a Inglaterra para o seu público leitor português, pois a escrita de viagem é uma forma de tradução cultural – "In re-presenting other cultures and other natures, then, travel writers 'translate' one place into another" (Duncan e Gregory 4) –, Pereira do Lago, na sua anglofilia (na acepção de alguém conhecedor de cultura inglesa e que por ela nutre admiração), visou dar-lhe uma imagem de uma sociedade moderna, desenvolvida, rica, cuja prosperidade só era possível, como repetidamente realça, por o povo ser livre, "a causa mais poderosa, que tem concorrido para a felicidade de Inglaterra." (Lago 66) Aí reside, acima de tudo, a razão de ser da sua profunda "estima" pela Inglaterra, como a epígrafe do presente ensaio ilustra. Cinco anos de emigração permitiram a Pereira do Lago *ver* os frutos do que é viver em liberdade e certamente reforçaram a sua crença de que os valores e ideais por que lutava, e que o tinham empurrado para um penoso exílio, mereciam o seu sacrifício e o dos seus companheiros de militância liberal. Voltou por fim a Portugal, inevitavelmente mudado; o viajante nunca regressa o mesmo ao ponto de partida.

Obras Citadas

- Anónimo. *As Noites do Barracão. Passadas pelos Emigrados Portuguez em Inglaterra. Em Verso Alexandrino*. Paris: Na Officina de J. P. Aillaud, 1834.
- Adey, Peter, David Bissell, Kevin Hannam, Peter Merriman and Mimi Sheller (eds.) *The Routledge Handbook of Mobilities*. London and New York: Routledge, 2014.
- Alù, Giorgia and Sarah Patricia Hill. "The Travelling Eye: Reading the Visual in Travel Narratives". *Studies in Travel Writing*, Volume 22, Issue 1: *Travel Writing and the Visual* (2018): 1-15.
- ANTT. Denúncia contra António Bernardino Pereira do Lago, 1791-11-29/1797-06-24. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa. Código de referência: PT/TT/TSO-IL/028/CX1623/proc.16199.

- Bassnett, Susan. "Translation and Travel Writing". *The Cambridge History of Travel Writing*. Edited by Nandini Das and Tim Youngs. Cambridge, UK; New York, USA; Melbourne, Australia; New Delhi, India; Singapore: Cambridge University Press, 2019. 550-564.
- Berger, John. *Ways of Seeing*. London: British Broadcasting Corporation and Penguin Books, 1972.
- Castanheira, Maria Zulmira. *A Grã-Bretanha na Imprensa Periódica do Romantismo Português: Imagens Polimórficas*. 4 Vols. Tese de Doutoramento em Estudos Anglo-Portugueses. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005.
- Cronin, Michael. *Across the Lines: Travel, Language, Translation*. Cork, Ireland: Cork University Press, 2000.
- Duncan, James and Derek Gregory (eds.) *Writes of Passage: Reading Travel Writing*. London and New York: Routledge, 1999.
- Fussell, Paul. *Abroad: British Literary Traveling Between the Wars*. Oxford and New York: Oxford University Press, 1980.
- Herculano, Alexandre. *De Jersey a Granville (1831)*. Verificação do texto por António C. Lucas. Lisboa: Expo 98, 1996.
- Kames, Henry Home, Lord. *Elements of Criticism*. With the Author's Last Corrections and Additions. First American from the Seventh London Edition. Volume I. Boston: Samuel Etheridge, 1796.
- Lago, António Bernardino Pereira do. *Cinco Annos d'Emigração na Inglaterra, na Belgica, e na França*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1834.
- "LAGO (António Bernardino Pereira do)". *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*. Volume 14. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, Limitada, s.d. 555.
- Leask, Nigel. *Curiosity and the Aesthetics of Travel Writing 1770-1840: 'From an Antique Land'*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- Machado, Álvaro Manuel e Daniel-Henri Pageaux. *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*. 2ª edição, revista e aumentada. Lisboa: Editorial Presença, 2001.
- Morão, Paula. "Memorialismo". *Dicionário do Romantismo Literário Português*. Coord. Helena Carvalhão Buescu. Lisboa: Editorial Caminho, 1997. 315-319.
- Nemésio, Vitorino. *Exilados (1828-1832). História Sentimental e Política do Liberalismo na Emigração*. Lisboa: Livraria Bertrand, s.d. [194-].

- Paquette, Gabriel. *Imperial Portugal in the Age of Atlantic Revolutions. The Luzo-Brazilian World, c. 1770-1850*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.
- Rubiés, Joan Pau. "Travel Writing and Ethnography". *The Cambridge Companion to Travel Writing*. Edited by Peter Hulme and Tim Youngs. Cambridge, New York, Melbourne, Madrid, Cape Town: Cambridge University Press, 2002. 242-260.
- Santos, Maria de Lourdes Costa Lima dos. *Intelectuais Portugueses da Primeira Metade de Oitocentos*. Lisboa: Presença, 1985.
- Silva, Inocêncio Francisco da. "Antonio Bernardino Pereira do Lago". *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional, MDCCCLVIII [1858]. 97.
- Tengarrinha, José. *Nova História da Imprensa Portuguesa das Origens a 1865*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2013.
- Thompson, Carl. *Travel Writing*. London and New York: Routledge, 2011.
- Topping, Margaret. "Travel Writing and Visual Culture." *The Routledge Companion to Travel Writing*. Edited by Carl Thompson. London and New York: Routledge, 2016. 78-88.
- Torgal, Luís Reis e Isabel Nobre Vargues. "Da Revolução à Contra-revolução: Vintismo, Cartismo, Absolutismo. O Exílio Político." *História de Portugal*. Dir. José Mattoso. Quinto Volume: *O Liberalismo (1807-1890)*. Coord. Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque. Lisboa: Círculo de Leitores. 65-87.
- Viçoso, V. "Exílio". *Dicionário do Romantismo Literário Português*. Coord. Helena Carvalhão Buescu. Lisboa: Editorial Caminho, 1997. 173-179.
- Viterbo, Francisco de Sousa (Coord.). "Pereira do Lago (Antonio Bernardino)". *Diccionario Historico e Documental dos Architectos, Engenheiros e Constructores Portuguezes ou a serviço de Portugal*. Vol II. Lisboa: Imprensa Nacional, 1904. 254.
- Woodward, Rachel and K. Neil Jenkins. "Soldier." *The Routledge Handbook of Mobilities*. Eds. Peter Adey, David Bissell, Kevin Hannam, Peter Merriman and Mimi Sheller. London and New York: Routledge, 2014. 358-366.